



PROGRAMA DE ENSINO

DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E COMPARADO

Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Profissional

Tributação da Importação de Serviços: OECD e BRASIL

Professor Dr. Rodrigo Maito da Silveira

2025.2

EMENTA

Com a crescente internacionalização da economia brasileira nas últimas décadas, as empresas brasileiras intensificaram significativamente a demanda por serviços internacionais. Cada vez mais significativa é a participação do segmento de serviços no comércio internacional, impelidos pelos efeitos da globalização, da tecnologia e da velocidade de circulação de informações. Essa mudança de cenário foi acompanhada pela legislação tributária brasileira, em especial em matéria de serviços, sendo possível identificar importante temas (tributação direta e indireta de serviços, Tratados internacionais, Compartilhamento de Custos etc.), com o objetivo de tornar a economia do país mais competitiva frente ao comércio internacional. Nosso Programa visa propiciar aos participantes uma visão abrangente do direito tributário internacional de forma a permitir a comparação da legislação brasileira com as normas internacionais, a partir das mais recentes evoluções legislativas e jurisprudenciais verificadas no ordenamento jurídico brasileiro e no direito internacional, bem como da prática dos demais sistemas estrangeiros.

METODOLOGIA

A disciplina ora apresentada compõe-se de aulas expositivas, seminários e apresentação de precedentes jurisprudenciais (casos). As aulas expositivas serão conduzidas pelos professores, e serão complementadas por exposições complementares a serem feitas por professores convidados. Os seminários – a serem apresentados em grupo – servem para tratar do tema da aula sob uma perspectiva teórica, com a participação de todos os mestrandos em comentários e questionamentos, com o objetivo de aprofundar a matéria em curso. A análise de precedentes será feita individualmente, com um limite de até 2 casos por aula. Os mestrandos deverão efetuar a leitura da bibliografia indicada previamente às aulas.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados com base em três critérios: (i) participação nas aulas; (ii) desempenho da apresentação de seminários e casos; e (iii) artigo a ser apresentado ao final do curso. A média mínima para aprovação será 7,00 (sete), sendo composta por três notas, com os seguintes pesos: participação nas aulas – 20%; desempenho em seminários e apresentação de casos – 30%; e artigo – 50%.

AULA 1	INTRODUÇÃO AO CURSO	30.08.2025
Temas abordados	Comércio internacional e importação de serviços. Conteúdo de serviços no Direito Privado. Serviços prestados no exterior e por não residentes. Serviços técnicos e serviços em geral. Royalties. Introdução aos impostos incidentes no Brasil.	
Metodologia	Divisão de grupos para seminários e definição dos temas e casos a serem apresentados por cada grupo e cada mestrando, respectivamente. Aula expositiva.	
Professor Responsável	Rodrigo Maito da Silveira	
Leitura obrigatória	• CASTELON, Marta. International Taxation of Income from Services under Double Taxation Conventions – Development, Practice and Policy. Alphen aan den Rijn, Kluwer Law International, 2018, pp. 10-21. • MARTINS, Ana Luiza. Tributação sobre Serviços e Royalties. In Estudos de Tributação Internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pp. 283-306. • TORRES, Heleno Taveira. A Qualificação dos Serviços não Técnicos como Lucros de Empresas nas Convenções para Evitar a Dupla Tributação. In Direito Tributário Internacional - Homenagem ao Professor Alberto Xavier (coord. Sergio André Rocha e Heleno Torres). São Paulo: Quartier Latin, 2016, pp. 249-264. • XAVIER, Alberto. Direito Tributário Internacional do Brasil. São Paulo: Forense, 2015, pp. 575-585; 726-743.	
Leitura complementar	• CATÃO, Marcos André Vinhas. A Tributação de Serviços e os Elementos de Conexão no Direito Tributário Internacional. In Direito Tributário Internacional - Homenagem ao Professor Alberto Xavier (coord. Sergio André Rocha e Heleno Torres). São Paulo: Quartier Latin, 2016, pp. 453-473.	



	• NETO, Luís Flávio. Direito Tributário Internacional: "Contextos" para Interpretação e Aplicação de Acordos de Bitributação. São Paulo: Quartier Latin, 2018, pp. 127-128; 135-139; 302-303. • SILVEIRA, Rodrigo Maito. Aspectos Tributários na Transferência de Tecnologia (e de Direitos/Utilidades Correlatos) para o Brasil. In Direito Tributário Internacional - Homenagem ao Professor Alberto Xavier (coord. Sergio André Rocha e Heleno Torres). São Paulo: Quartier Latin, 2016. pp. 847-875. • TORRES, Heleno. Pluritributação Internacional sobre as Rendas de Empresas. 2ª edição. São Paulo: RT, 2001, pp. 95-170; 247-252. • Solução de Consulta COSIT nº 75, de 31/03/2023
--	---

AULA 2 – Parte I	IMPOSTO DE RENDA	13.09.2025
Temas abordados	Imposto de renda na fonte sobre a importação de serviços. Constituição Federal. Regra matriz de incidência. Aplicação de acordos e tratados internacionais. Interpretação da OCDE. A visão da jurisprudência.	
Metodologia	Aula expositiva. Seminário. Apresentação de casos.	
Professores	Rodrigo Maito da Silveira	
Responsáveis	Convidada: Marta Castelon	
Leitura obrigatória	• BIANCO, João Francisco. A Mudança de Paradigma: o Artigo 7º dos Acordos de Bitributação e a Superação da Dicotomia Fonte <i>Versus</i> Residência. In Direito Tributário Internacional - Homenagem ao Professor Alberto Xavier (coord. Sergio André Rocha e Heleno Torres). São Paulo: Quartier Latin, 2016, pp. 319-343. • FORMENTI, Marta; TROUW, Ernesto. Brazil. In Cahiers de Droit Fiscal International, v. 103-B: Withholding Tax in the Era of BEPS, CIVs and the Digital Economy. IFA, 2018, 23 p. • MAN, Fernando Souza. Taxation of Services in Treaties between Developed and Developing Countries. Amsterdam: IBDF Doctoral Series, v. 39, 2017, pp. 203-225. • XAVIER, Alberto. Direito Tributário Internacional do Brasil. São Paulo: Forense, 2015, pp. 487-496, 515-535.	
Leitura complementar	• ESTRADA, Roberto Duque. A Indevida Ampliação do Conceito de "Serviço Técnico" por Atos Administrativos e a Violação das Normas de Competência Administrativa Exclusiva Fixadas nos Tratados Contra Dupla Tributação. In Estudos de Tributação Internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pp. 283-306.	

	• NETO, Luís Flávio. Direito Tributário Internacional: "Contextos" para Interpretação e Aplicação de Acordos de Bitributação. São Paulo: Quartier Latin, 2018, pp. 79-109. • NOGUEIRA, Julia de Menezes. Imposto sobre a Renda na Fonte. São Paulo: Quartier Latin, 2007, pp. 175-192. • VOGEL, Klaus. On Double Taxation Conventions - a Commentary to Double Taxation of Income and Capital (with Particular Reference to German Treaty Practice). 3ª edição. Boston: Kluwer, 1998. • OCDE. Model Tax Convention on Income and on Capital: Condensed Version 2017. Artigos 7, 12 e 21 e Comentários ao Artigo 12, parágrafos 11 a 11.6. (Disponível em: http://www.oecd.org/ctp/treaties/model-tax-convention-on-incomeand-on-capital-condensed-version-20745419.htm) • OCDE. Tax Treaty Characterization Issues Arising from Ecommerce. Report to Working Party No. 1 of the OECD Committee on Fiscal Affairs. OECD: Paris, 1 February 2001. (Disponível em: http://www.oecd.org/tax/consumption/1923396.pdf).
--	--

AULA 2 – Parte II	IMPOSTO DE RENDA	13.09.2025
Temas abordados	Imposto de renda na fonte sobre a importação de serviços. Serviços e aplicação de tratados. Artigos 7º e 12 e o conceito de “serviços técnicos”. Reajuste da base de cálculo (" <i>gross up</i> "). Reembolso de despesas. Compartilhamento de custos entre empresas multinacionais. Interpretação do Fisco e do Poder Judiciário.	
Metodologia	Aula expositiva. Seminário. Apresentação de casos.	
Professores	Rodrigo Maito da Silveira	
Responsáveis	Convidado: Ramon Tomazela	
Leitura obrigatória	• ANDRADE, Daniel N. R. Durão de. Grupos Transnacionais: Remessa ao Exterior para Reembolso de Despesas no Âmbito de Contratos de Compartilhamento de Custos - A (Não) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF. In Estudos de Tributação Internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pp. 385-402. • CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes; MONTEIRO, Alexandre Luiz Moraes do Rêgo. Qualification of Services under Double Tax Treaties in Brazil: Open Issues after Iberdrola Case. In Estudos de Direito Tributário em Homenagem ao Professor Gerd Willi Rothmann. São Paulo: Quartier Latin, 2016. pp. 179-202. • GOMES, Edgar Santos; CORDEIRO, Daniel Vieira de Biasi. Métodos para Evitar a Dupla Tributação e suas Controvérsias. In Direito	

	Tributário Internacional - Homenagem ao Professor Alberto Xavier (coord. Sergio André Rocha e Heleno Torres). São Paulo: Quartier Latin, 2016. pp. 115-139. • MORENO, Andrés Báez. The Taxation of Technical Services under the United Nations Model Double Taxation Convention: A Rushed – Yet Appropriate – Proposal for (Developing) Countries? In World Tax Journal, v. 7, n. 3. Amsterdam: IBFD, 2015. • VIEIRA DA ROCHA, Paulo Victor. The Taxation of Technical Services: Brazil's Treaty Practice in Comparison (and Deviation) with the UN and the OECD's Policies. In Problemas de Tributación Internacional en Iberoamérica: una Visión desde los Diez Años del OITI (coord. Andrés Báez e José Manuel Castro). Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2019, pp. 181-207. • ROCHA, Sergio André. Análise Estrutural do IRRF de Não Residentes: Fato Gerador, Sujeição Passiva, Base de Cálculo e Alíquota. In Revista Fórum de Direito Tributário. Belo Horizonte: ano 20, n. 115, jan/fev. 2022, pp. 29-70. • Solução de Consulta Cosit 8/12. • Solução de Divergência Cosit 23/13. • Solução de Consulta Cosit 39/25.
Leitura complementar	• XAVIER, Alberto. Direito Tributário Internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015, pp. 642-668. • United Nations, Economic and Social Council, Secretariat of the Committee of Experts on International Cooperation in Tax Matters. Taxation of Services. Report of the Coordinator. Document n. E/C.18/2016/CRP.1. Geneva: United Nations, 2016. (Disponível em: http://www.un.org/esa/ffd/wpcontent/uploads/2016/10/12STM_CRP1_Services.pdf).

AULA 3 – Parte I	TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL	27.09.2025
Temas abordados	Desafios e tendências da tributação da economia digital. Possíveis incidências tributárias. Debate sobre casos práticos: tributação de <i>streaming</i> , mídia digital, <i>cloud services</i> e <i>e-commerce</i> .	
Metodologia	Aula expositiva. Seminário. Apresentação de casos.	
Professores	Rodrigo Maito da Silveira	
Responsáveis	Convidado: Leonardo Pignatari	
Leitura obrigatória	• GALENDI Jr., Ricardo André; GALDINO, Guilherme. Desafios da Economia Digital: do Problema Hermenêutico ao Desequilíbrio na Alocação de Jurisdição. In A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS (coord. Luís Eduardo Schoueri e Marcos Livio Gomes), v. 3. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2016, pp. 285-317.	

	• MORENO, Andrés Báez. Because not Always B Comes After A: Critical Reflection on the New Article 12b of the UN Model on Automated Digital Services. In World Tax Journal, v. 13, n. 4. IBFD, 2021, pp. 501-532. • PISCITELLI, Tathiane dos Santos. Os Desafios da Tributação do Comércio Eletrônico. In Revista de Direito Tributário Contemporâneo, v. 1, 2016, pp. 195-216. (Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2017/1/2017_01_0673_0703.pdf) • SCHOEN, Wolfgang. Ten Questions About Why and How to Tax the Digitalized Economy. In Bulletin for International Taxation, v. 72, n. 4/5, 2018. • SILVEIRA, Rodrigo Maito da. A Tributação Internacional da Economia Digital: a Perspectiva Brasileira. In Anais do IX Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional: Tributação Internacional e Recuperação Econômica: o Papel dos Países Emergentes (coord. Luís Eduardo Schoueri et al). São Paulo: IBDT, 2022, pp. 68-82. • SZUDOCZKY, Rita. Principles Justifying the Reallocation of Taxing Rights to Market Jurisdictions: Do We Need Them? In Intertax, v. 51, Issue 12, 2023, pp. 822-839. • OCDE. Tax Challenges Arising from Digitalisation – Interim Report, 2018, pp. 12-20, 165-174 e 193-208. (Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/tax-challenges-arising-from-digitalisation-interim-report_9789264293083-en.html) • OCDE. Addressing the Tax Challenges of the Digital Economy, Action 1 - 2015 Final Report, pp. 11-13, 221-252. (Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/addressing-the-tax-challenges-of-the-digital-economy-action-1-2015-final-report_9789264241046-en.html)
Leitura complementar	• PISCITELLI, Tathiane dos Santos. Tributação de <i>Streaming</i> pelo ISS e o Potencial Conflito com o ICMS. In: Valor Econômico, 17 de novembro de 2017. (Disponível em: http://www.valor.com.br/legislacao/fiodameada/5197585/tributacao-de-streaming-pelo-iss-e-o-potencialconflito-com-o-icm) • VASCONCELLOS, Roberto França de; PISCITELLI, Tathiane dos Santos. Tributação de Softwares e o Parecer Normativo SF 01/2017: Conflito de Competência e Insegurança Jurídica. In JOTA, 27 de Julho de 2017. (Disponível em: https://jota.info/columas/pauta-fiscal/tributacaode-softwares-e-o-parecer-normativo-sf-012017-27072017) • CONFAZ. Convênio ICMS 105, de 29 de setembro de 2017. • EUROPEAN PARLIAMENT – DIRECTORATE-GENERAL FOR



	INTERNAL POLICIES. Tax challenges in the digital economy. 2016, 78 p. (Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/579002/IPOL_STU(2016)579002_EN.pdf) • PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. Nota de Esclarecimento: ISS sobre serviços de <i>Streaming</i>. 21 de setembro de 2017. (Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/nota-de-esclarecimento-iss-sobreservicos-de-streaming) • STF. ADI 4.628/DF. Rel Min., Luiz Fux, julg. em 17/09/2014.
--	---

AULA 3 – Parte II	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	27.09.2025
Temas abordados	Contribuições Interventivas. CIDE Royalties. Regra matriz de incidência.	
Metodologia	Aula expositiva. Seminário. Apresentação de casos.	
Professores	Rodrigo Maito da Silveira	
Responsáveis	Convidados: Bruno Capelli Fulginiti	
Leitura obrigatória	• COELHO, Sacha Calmon Navarro; MOREIRA, André Mendes. Inconstitucionalidades da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Incidente Sobre Remessas Ao Exterior - Cide Royalties. In Revista Dialética de Direito Tributário. São Paulo: Dialética, 2003, pp. 71-84. • FULGINITI, Bruno Capelli. Teoria das Contribuições Interventivas: do Controle Formal ao Controle Substancial. São Paulo, Noeses, 2024, pp. 123-168. • GRECO, Marco Aurélio. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Sobre "Royalties". In Revista Dialética de Direito Tributário. São Paulo: Dialética, 2003, pp. 133-151. • ROCHA, Sergio André. Base de Cálculo do PIS e Cofins – Importação e da CIDE-Royalties e Reajuste do IRRF. In PIS e Cofins à Luz da Jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (coord. Marcelo Magalhães Peixoto e Gilberto de Castro Moreira Jr.), v. 2. São Paulo: MP Editora, 2013, pp. 489-496. • RONCAGLIA, Marcelo Marques; MATARAZZO, Giancarlo Chamma. CIDE - Tecnologia e o Artigo de Não-discriminação Previsto nos Tratados para Evitar a Dupla Tributação. In Direito Tributário Internacional, v. 5. São Paulo: Quartier Latin, 2008, pp. 1055-1067. • SCHOUERI, Luís Eduardo. Royalties e Assistência Técnica ao exterior. Exigência de CIDE. São Paulo: Revista de Estudos Tributários, n. 37, mai/jun. 2004, pp. 144 e segs.	

	- SILVEIRA, Rodrigo Maitto da; CEZAROTI, Guilherme. Aspectos Relevantes das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico. In Revista Dialética de Direito Tributário, n. 72. São Paulo: Dialética, 2001. p. 50-59. - Acórdão CSRF nº 9303-005.195 – 3ª Turma, de 18/05/17.
Leitura complementar	- Acórdão CARF nº 3401-003.833 – 4ª Câmara / 1ª Turma, de 28/06/17. - Acórdão CARF nº 9303-006.990 – 3ª turma da CSRF, de 14/06/2018. - Acórdão CARF nº 3401-003.801 – 4ª Câmara / 1ª Turma, de 25/05/17. - Acórdão CARF nº 3402-003.711 – 4ª Câmara / 2ª Turma, de 6/02/2017. - STJ. REsp 1.650.115; j. 15/8/2017. - OCDE. Report: The Application of Consumption Taxes to the Trade in International Services and Intangibles. 14-07- 2004. Disponível em: http://www.oecd.org/dataoecd/38/42/5594899.pdf

AULA 4 – Parte I	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	11.10.2025
Temas abordados	ISS sobre contratos de serviços no exterior. Regra matriz de incidência. Acordos internacionais sobre serviços. Local do resultado do serviço. Cotejo com a LC nº 214/25. Visão jurisprudencial.	
Metodologia	Aula expositiva. Seminário. Apresentação de casos.	
Professores	Rodrigo Maitto da Silveira	
Responsáveis	Convidado: a definir	
Leitura obrigatória	- CARRAZA, Roque Antonio. ISS - Serviços de Reparação de Turbinas de Aeronaves para Destinatários no Exterior, Exegese do art. 2º, I e seu Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 116/03. In Direito Tributário Internacional, vol. 4. São Paulo: Quartier Latin, 2007, pp. 511-533. - MACEDO, Alberto. ISS e PIS e Cofins-Importação: Critérios Espacial e Pessoal na Prestação Internacional de Serviços. Revista Dialética de Direito Tributário, n. 187, São Paulo, abr. 2011, pp. 9-28. - ROCHA, Sergio André. Tributação Internacional. São Paulo: Quartier Latin, 2013, pp. 294-304. - TEIXEIRA, Alessandra M. Brandão. O ISSQN e a Importação de Serviços. Belo Horizonte: Renovar, 2008. Pág. 173-221.	



Leitura complementar	• CARDOSO, Auta Alves. ISS - Tributação sobre Serviços Prestados no Exterior: Contextualização e Críticas. In Direito Tributário Internacional, v. 4. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 722-730. • SCHOUEIRI, Luís Eduardo. ISS sobre a Importação de Serviço do Exterior. In Revista Dialética de Direito Tributário. São Paulo: Dialética, n. 100, pp. 39-51. • VALADÃO, Marco Aurélio Pereira; BUENO, Rudson Domingos. A Tributação Indireta da Renda na Importação de Serviços por Meio do ISS, PIS/Cofins e CIDE-Royalties. In Revista de Direito Internacional Econômico Tributário, v. 6, n. 2. Brasília, jul/dez. 2011, pp. 234-258.
-----------------------------	---

AULA 4 – Parte II	PIS COFINS IMPORTAÇÃO	11.10.2025
Temas abordados	Conceitos introdutórios ao PIS Cofins Importação. Constituição Federal. Regra matriz de incidência. Base de cálculo. Local do resultado do serviço. Não-cumulatividade.	
Metodologia	Aula expositiva. Seminário. Apresentação de casos.	
Professores	Rodrigo Maito da Silveira	
Responsáveis	Convidada: Fabiana Carsoni	
Leitura obrigatória	• BARBIERI, Luís Eduardo Garrossino. PIS e Cofins Incidentes sobre as Importações - Questões Polêmicas. In PIS e COFINS à Luz da Jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (coord. Marcelo Magalhães Peixoto e Gilberto de Castro Moreira Jr.). São Paulo: MP Editora, 2011, pp. 377-403. • BERGAMINI, Adolpho et alli. PIS e Cofins na Teoria e na Prática: uma Abordagem Completa dos Regimes Cumulativo e Não-cumulativo. 5ª edição. São Paulo: MP Editora, 2022, pp. 813-869; 907-938. • SILVA, Fabiana Carsoni A. Fernandes da. O Resultado do Serviço: O PIS/COFINS Importação e o ISS. In Estudos de Direito Tributário (coord. Ramon Tomazela Santos). São Paulo: 2018, Edições Loyola, pp. 107-134. • OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Cofins-Importação e PIS-Importação. In Grandes Questões Atuais do Direito Tributário (coord. Valdir de Oliveira Rocha). São Paulo: Dialética, 2004. v. 8, pp. 391-431. • Solução de Consulta Cosit 107, de 06/06/2023. • Solução de Consulta Cosit 316, de 20/06/2017. • Solução de Consulta Cosit 50/16: PIS/COFINS-importação.	
Leitura complementar	• CATÃO, Marcos André Vinhas. Incompatibilidade da Contribuição	

	de Intervenção no Domínio Econômico Cide-tecnologia (Lei nº 10.168/00), a Partir da Instituição do Pis/cofins - Importação/serviços (Lei nº 10.865/04). Violação das Regras do Gatt e Gats. In Revista Dialética de Direito Tributário. São Paulo: Dialética, 2005. pp. 83-96. • ROCHA, Sergio André. O Resultado do Serviço como Elemento da Regra de Incidência de Incidência do PIS e COFINS Importação e da Regra Exonerativa do ISS sobre Exportações. In Revista Dialética de Direito Tributário n. 155. São Paulo: Dialética, ago. 2008, pp. 109-116. • VALADÃO, Marco Aurélio Pereira; BARROSO, Regina Maria Fernandes. O PIS/Cofins na Importação de Serviços: Parametrização da Incidência e sua Constitucionalidade. In Revista de Direito Internacional Econômico Tributário. Brasília, v.8, n.1, jan/jun. 2013, pp. 2-31. • Solução de Consulta Cosit n. 262, de 29/05/17.
--	--

AULA 5	BEPS APLICAÇÃO DE TRATADOS E REGRAS ANTIABUSO	25.10.2025
Temas abordados	Conceitos introdutórios. Convenções Multilaterais (MLI). Diretivas europeias (Anti-Tax Avoidance Directive - ATAD). BEPS e o abuso dos acordos de bitributação. Cláusulas gerais e específicas antiabuso em tratados.	
Metodologia	Aula expositiva. Seminário. Apresentação de casos.	
Professores	Rodrigo Maito da Silveira	
Responsáveis	Convidado: Raphael Lavez	
Leitura obrigatória	• LAVEZ, Raphael Assef. Regras Gerais Antiabuso nos Acordos de Bitributação à luz dos Princípios da Igualdade e do Devido Processo Legal. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2023, pp. 43-48; 66-74. (Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-29022024-091921/publico/5953785DIO.pdf) • MOREIRA, Francisco Lisboa. O Projeto de Combate à Erosão das Bases Tributárias e Movimentação de Lucros (BEPS) da OCDE e a Política Tributária Internacional Brasileira: Algumas Reflexões. In Direito Tributário Internacional - Homenagem ao Professor Alberto Xavier (coord. Sergio André Rocha e Heleno Torres). São Paulo: Quartier Latin, 2016, pp. 199-227. • NETO, Luís Flávio; PEREIRA, Roberto Codorniz Leite. Brasil: a Reação ao “Abuso” no Âmbito dos Acordos de Bitributação em um País sem GAAR que Adota “Principal Purpose Test Clauses”. In Anais do VIII Congresso Brasileiro de Direito Tributário	

	Internacional: Novos Paradigmas da Tributação Internacional e a COVID-19 (coord. Luís Eduardo Schoueri et al). São Paulo: IBDT, 2020, pp. 273-283. • PISTONE, Pasquale. The Meaning of Tax Avoidance and Aggressive Tax Planning in European Union Law: Some Thoughts in Connection with the Reaction to Such Practices by the European Union. In Tax Avoidance Revisited in the EU BEPS Context (coord. Ana Paula Dourado). Amsterdam: IBFD, 2017, pp. 73-100. • SCHOUERI, Luís Eduardo. O Projeto BEPS: Ainda uma Estratégia Militar. In: A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS (coord. Marcus Livio Gomes e Luís Eduardo Schoueri). 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2019, pp. 31-55. • SCHOUERI, Luís Eduardo; GALDINO, Guilherme. Implementing the Multilateral Instrument in Brazil. In The Implementation and Lasting Effects of the Multilateral Instrument (coord. Michael Lang et al). Amsterdam: IBFD, 2021, pp. 197-232. • SCHOUERI, Luís Eduardo; MOREIRA, Clara Gomes. Abuso dos Acordos de Bitributação e Teste do Objetivo Principal: Repensando o Teste do Objetivo Principal à Luz da Segurança Jurídica. In Direitos Fundamentais e Estado Fiscal: Estudos em Homenagem ao Professor Ricardo Lobos Torres (coord. Carlos Alexandre de Azevedo Campos et al). Salvador: JusPodium, 2019, pp. 763-783. • OCDE. Explanatory Statement to The Multilateral Convention to Implement Tax Treaty Related Measures to Prevent Base Erosion and Profit Shifting. (Disponível em: https://www.oecd.org/tax/treaties/explanatory-statement-multilateralconvention-to-implement-tax-treaty-related-measures-to-prevent-BEPS.pdf)
Leitura complementar	• BROE, Luc de; LUTS, Joris. BEPS Action 6: Tax Treaty Abuse. In Intertax, n. 43, Issue 2, 2015, pp. 122-146 • BRAVO, Natalie. The Multilateral Tax Instrument and Its Relationship with tax Treaties. In World Tax Journal, IBFD, out. 2016, pp. 279 e seg. • GOMES, Marcus Livio. The Principal Purpose Test in the Multilateral Instrument. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, 232 p. • PEGORARO, Andressa. A Cláusula de Principal Propósito (PPT) nos Acordos para Evitar a Dupla Tributação da Renda. Série Doutrina Tributária, v. XXXIV. São Paulo: IBDT, 2021, 256 p.

AULA 6	O CONCEITO DE ESTABELECIMENTO PERMANENTE – BRASIL vs. OCDE	08.11.2025
Temas abordados	O estabelecimento permanente no Direito Tributário Internacional. A qualificação do estabelecimento permanente no Modelo OCDE.	

	O estabelecimento permanente de serviços. A legislação brasileira.
Metodologia	Aula expositiva. Seminário. Apresentação de casos.
Professores	Rodrigo Maito da Silveira
Responsáveis	Convidado: Lyvia de Moura Amaral Serpa
Leitura obrigatória	• BIANCO, João Francisco. O Estabelecimento Permanente na Legislação do Imposto de Renda. In Grandes Questões Atuais do Direito Tributário, v. 9. São Paulo: Dialética, 2005, pp. 290-298. • CALIENDO, Paulo. BEPS e o Abuso do Status de Estabelecimento Permanente. In Direito Tributário Internacional - Homenagem ao Professor Alberto Xavier (coord. Sergio André Rocha e Heleno Torres). São Paulo: Quartier Latin, 2016, pp. 589-607. • CALIENDO, Paulo. Relações entre Estabelecimento Permanente e Matriz: da Recepção Falha no Direito Brasileiro. In Estudos de Direito Tributário em Homenagem ao Professor Gerd Willi Rothmann. São Paulo: Quartier Latin, 2016, pp. 303-319. • CARVALHO, André. Recusa Artificial ao Estabelecimento Permanente - Evolução do Conceito e as Alterações Propostas pelo Plano de Ação 7 do BEPS. In A Tributação Internacional na era Pós-BEPS, v.2 (coord. Marcus Livio Gomes e Luís Eduardo Schoueri). Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2016, pp. 75-94. • CASTELON, Marta. International Taxation of Income from Services under Double Taxation Conventions – Development, Practice and Policy. Alphen aan den Rijn, Kluwer Law International, 2018, pp. 271-332. • PRZEPIORKA, Michell. Estabelecimento Permanente à Brasileira. In Revista Direito Tributário Internacional Atual, n. 2. São Paulo: IBDT, 2017, pp. 154-185. • OCDE. Model Tax Convention on Income and on Capital: Condensed Version 2017. Artigos 5º e 7º e Comentários ao Artigo 5º e 7º. (Disponível em: http://www.oecd.org/ctp/treaties/model-taxconvention-on-income-and-on-capital-condensed-version-20745419.htm)
Leitura complementar	• APELBAUM, Ronaldo. O Conceito de Estabelecimento Permanente: Evolução do Conceito e as Alterações Propostas pelo Plano de Ação 7 do BEPS. In A Tributação Internacional na era Pós-BEPS (coord. Marcus Livio Gomes e Luís Eduardo Schoueri). 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2019, pp. 413-435. • MAN, Fernando Souza. Taxation of Services in Treaties between Developed and Developing Countries. Amsterdam: IBDF Doctoral Series, vol. 39, 2017, pp. 182 a 196. • SASSEVILLE, Jacques; SKAAR, Arvid A. General Report. In Cahiers de Droit Fiscal International, v. 94-A: Is There a Permanent Establishment? IFA, 2009.

	• SERPA, Lyvia de Moura Amaral. Estabelecimento Permanente no Brasil – do Vácuo Normativo ao Descumprimento dos Tratados. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023, 154p. (Disponível em https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/21783) • XAVIER, Manoela Floret Silva. A Atribuição de Lucros em Estabelecimentos Permanentes. In Direito Tributário Internacional, v. 4. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 325-334. • OCDE/G20. Base Erosion and Profit Shifting Project, Preventing the Avoidance of Permanent Establishment Status. (Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/taxation/preventing-the-artificialavoidance-of-permanent-establishment-status-action-7-2015-finalreport_9789264241220-en#page1)
--	--

AULA 07	PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – LEGISLAÇÃO BRASILEIRA VS OCDE	29.11.2025
Temas abordados	Conceitos introdutórios. Princípio " <i>arm's length</i> " e os serviços intragrupo. Os métodos de controle de preços nos serviços entre pessoas vinculadas. O novo paradigma da Lei nº 14.596/2023.	
Metodologia	Aula expositiva. Seminário. Apresentação de casos.	
Professores	Rodrigo Maito da Silveira	
Responsáveis	Convidados: Marcio Roberto de Oliveira / Ricardo Marozzi Gregório	
Leitura obrigatória	• ALBINO, Caio; LEITE, Carmelita Helena Ussami Ferrari. Preços de Transferência e Serviços Intragrupo – Perspectivas Brasileira e Internacional. In Preços de Transferência no Brasil: Rumo à Convergência com o Padrão OCDE (coord. Ana Carolina Monguilod et al.). São Paulo, Quartier Latin, 2023, pp. 573-608. • COTTANI, Giammarco. Transfer Pricing - Country Tax Guides IBFD. Amsterdam: IBFD, 2024, tópicos 14 (Intra-Group Services) e 15 (Cost Contribution Arrangements). • DE MIK, Bas; RUSSO, Antonio. The Arm's Length Principle: Tax and Accounting Perspectives. In BNA Tax Planning International Transfer Pricing, September 2009, pp. 2-11. • MARRA, Ana Lucia Castagnari. Reflexões sobre Serviços Intragrupo e Contratos de Compartilhamento de Custos na Lei n. 14.596/2023. In Preços de Transferência e o Padrão OCDE (Lei n. 14.596/2023 e IN n. 2.161/2023) (coord. Jimir Doniak Jr. et al.). São Paulo: MP Editora, 2023, pp. 279-298. • POLIZELLI, Victor Borges. Ajustes Compensatórios e Secundários de Preços de Transferência e sua Implementação Prática no Brasil.	

	In Anais do VIII Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional: Novos Paradigmas da Tributação Internacional e a COVID-19 (coord. Luís Eduardo Schoueri et al.). São Paulo: IBDT, 2020, pp. 142-160. • SCHOUERI, Luís Eduardo. Preços de Transferência no Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Dialética, 2013, pp. 29-55; 179-189; 435-442. • SCHOUERI, Luís Eduardo; BARBOSA, Mateus Calicchio. New Brazilian Transfer Pricing Regime Edited by Government. In International Transfer Pricing Journal, v. 30, n. 2. Amsterdam: IBFD, 2023. • OCDE. Transfer Pricing Guidelines for Multinational Enterprises and Tax Administrations. Capítulos 1, 2, 3 e 6. 2017 (Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/taxation/oecd-transfer-pricingguidelines-for-multinational-enterprises-and-tax-administrations-2017_tpg-2017-en#page1)
Leitura complementar	• POGORELOVA, Liubov. Transfer Pricing and Anti-Abuse Rules. In Intertax, v. 37, Issue 12, 2009, pp. 683-693. • OCDE. Diretrizes da OCDE sobre Preços de transferência para Empresas Multinacionais e Administrações Fiscais. Tradução: ALMEIDA, Alexandre e outros. São Paulo: ITI, 2010, pp. 61-109.

AULA 08	TRIBUTAÇÃO SOBRE SERVIÇOS – SOFTWARE	13.12.2025
Temas abordados	Natureza jurídica do software e principais operações locais e remessas ao exterior. Interpretação do Fisco e do Poder Judiciário. Qualificação da contraprestação por softwares no Art. 7º ou 12 dos tratados. O aluguel de “<i>industrial, commercial or scientific equipment</i>” (antigo Art. 12 do Modelo OCDE) nos casos de <i>software as a service, platform as a service</i> ou <i>infrastructure as a service</i>. Dedutibilidade de royalties.	
Metodologia	Aula expositiva. Seminário. Apresentação de casos.	
Professores	Professores Rodrigo Maito da Silveira	
Responsáveis	Convidado: Francisco Lisboa Moreira	
Leitura obrigatória	• CAVALCANTI, Flávia; MOREIRA, Francisco Lisboa. Transfer Pricing Rules on Intangibles and Brazilian Royalty Deductibility Provisions. In Preços de Transferência no Brasil: Rumo à Convergência com o Padrão OCDE (coord. Ana Carolina Monguilod et al.). São Paulo, Quartier Latin, 2023, pp. 549-571. • FAJERSZTAJN, Bruno; LUZ, Victor Lyra Guimarães. Potenciais	

	Impactos das ADIs 1945 e 5659 à Tributação Federal sobre as Remessas em Contraprestação ao Fornecimento de Softwares. In Tributação Internacional e Digitalização da Economia (coord. Sergio André Rocha). Belo Horizonte: Casa do Direito, 2022, pp. 267-303. • GOEDE, Jan J. P. de. The Future of the Taxation of Software Payments: Reflections on the Proposal to Amend Article 12 of the UN Model as Discussed by the UN Tax Committee in April 2021. In Bulletin for International Taxation, v. 75, n. 11/12. Amsterdam: IBFD, 2021. • HADDAD, Gustavo Lian; NOGUEIRA, Vinícius. As Operações Internacionais Envolvendo Software e o Imposto de Renda. In Tributação da Economia Digital (coord. Renato Vilela Faria et al.), São Paulo, Saraiva, 2018, pp. 57 e seg. • LAURENTIIS, Thais De; PADILHA, Maria Angela. PIS/Cofins no 'Software Importado': um Primeiro Precedente do Carf. In CONJUR, 2 de março de 2022. (Disponível em: https://www.conjur.com.br/2022-mar-02/direto-carf-piscofins-software-importado-primeiro-precedente-carf) • SILVEIRA, Rodrigo Maito da; AMENDOLA, Antonio Carlos de Almeida. Qualificação de Operações Envolvendo Software no Brasil à Luz dos Tratados contra a Bitributação: Visão da OCDE e a Prática Brasileira. In Tributação da Economia Digital (coord. Renato Vilela Faria et al.), São Paulo, Saraiva, 2018, pp. 84-97. • STAMATO, Adriana. Desafios para a Tributação da Indústria do Software em 2018. In JOTA, 21 de janeiro de 2018. (Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/desafios-paratributacao-da-industria-do-software-em-2018-21012018) • TOMAZELA, Ramon. A Licença do Direito de Exploração de Software e os Limites Quantitativos à Dedução de Despesas de Royalties. In Revista Fórum de Direito Tributário, n. 112. Belo Horizonte, jul/ago. 2021, pp. 81-104. • Solução de Consulta COSIT nº 208/2024 • Solução de Consulta COSIT nº 177/2024 • Solução de Consulta DISIT nº 10005/2024 • Solução de Consulta COSIT nº 107/2023 • Solução de Consulta COSIT nº 75/2023 • Solução de Consulta COSIT nº 43, de 23/03/2021 • Solução de Divergência COSIT nº 18, de 27/03/17 • Solução de Divergência COSIT nº 6, de 03/06/14 • STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.659/MG • STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.945/MT
Leitura complementar	• BAL, Aleksandra. 'The Sky's the Limit – Cloud-Based Services in an International Perspective'. In 68 Bulletin for International Taxation 9, set. 2014, pp. 515-521. • SPRAGUE, Gary D.; REID, Taylor S. 'A Break in the Clouds: A



	Proposed Framework for Analyzing Cloud Computing Transactions', 92 Taxes – The Tax Magazine 3, mar. 2014, pp. 31-54. • United Nations, Economic and Social Council, Secretariat of the Committee of Experts on International Cooperation in Tax Matters. Possible Amendments to the Commentary on Article 12 (Royalties). Document No. E/c.18/2016/CRP.8, (Geneva: United Nations, 2016) – Annex II. Disponível em: http://www.un.org/esa/ffd/wpcontent/uploads/2016/10/12STM_CRP8_Royalties.pdf. • Solução de Consulta Cosit nº 191 de 23/03/17
--	--

PROFESSOR

Rodrigo Maito da Silveira (rms@diascarneiro.com.br) Professor do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Comparado do IBDT. Mestre e Doutor pela USP. Ex-Conselheiro do CMT/SP e Ex-Juiz do TIT/SP. Diretor e professor do IBDT. Membro do Conselho Jurídico do SINDUSCON. Sócio de Dias Carneiro Advogados.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Secretaria Acadêmica do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900

Horário de Atendimento: 9h às 18hs Telefone: (11) 3105-8206, ramais 1110/1111

secretaria@ibdt.org.br

Biblioteca do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900

Horário de Atendimento: 9h às 18hs Telefone: (11) 3105-8206 r. 1104 e 1105

E-mail: biblioteca@ibdt.org.br e biblioteca2@ibdt.org.br

CORPO DIRETIVO

Luís Eduardo Schoueri

Presidente do IBDT

Fernando Aurelio Zilveti Arce Murillo

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Luís Flávio Neto

Coordenador Acadêmico





INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

50 anos

Helena Trentini
Coordenadora Assistente



Rua Padre João Manuel, 755 - 4º Andar
Cerqueira César, São Paulo - SP - 01411-900
Telefone / Whatsapp (11) 3105-8206 | Site: ibdt.org.br
E-mail: ibdt@ibdt.org.br

